

MINERAÇÃO

- **ANM abre tomada de subsídios para firmar parcerias de fiscalização com estados e municípios**

Proposta cria acordos de cooperação para apoiar a agência no acompanhamento da mineração e da arrecadação da CFEM, sem transferir suas competências legais

A Agência Nacional de Mineração (ANM) abriu a Tomada de Subsídios nº 05/2026 para discutir um novo modelo de cooperação com estados, Distrito Federal e municípios na fiscalização da atividade minerária e da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A ideia é que os entes que aderirem aos acordos possam auxiliar a agência no acompanhamento das atividades em seus territórios, por meio de vistorias em áreas de pesquisa e lavra, análise de imagens de satélite, registros fotográficos georreferenciados e levantamento de informações sobre possíveis irregularidades. Ainda, na fiscalização da CFEM, os participantes poderão contribuir com dados sobre produção, comercialização e recolhimento da compensação, sempre segundo as diretrizes da ANM.

Segundo a agência, a aproximação com os entes federativos tende a tornar a fiscalização mais próxima e eficiente, criando um canal mais estruturado para que as informações produzidas nos territórios cheguem à ANM. Vale destacar que os acordos apenas formalizam parcerias e não transferem nem delegam aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios as competências legais da agência, prevendo instrumentos com duração de cinco anos. As contribuições podem ser enviadas por agentes econômicos e pela sociedade em geral até 4 de novembro, pela plataforma Brasil Participativo, e devem subsidiar o aprimoramento da proposta antes de sua regulamentação definitiva.

Fonte: [Link](#)

- **BNDES mobiliza R\$ 45,8 bilhões para transformar minerais críticos em indústria no Brasil**

Banco aposta em financiamento de longo prazo, fundo de participação com a Vale e chamada pública que selecionou 56 projetos em cadeias como terras raras, lítio e níquel

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) consolidou a agenda de minerais críticos e estratégicos como uma de suas apostas centrais para a próxima década, com o objetivo de posicionar o Brasil como fornecedor confiável e competitivo e, sobretudo, de avançar nas etapas de maior valor agregado das cadeias ligadas à transição energética e à digitalização. Dessa forma, a estratégia não se limita a financiar minas, o banco quer empurrar a cadeia produtiva adiante, apoiando desde a produção de óxidos separados até a fabricação de ligas e ímãs permanentes de terras raras, o adensamento da cadeia do lítio voltada a produtos de grau bateria e a expansão das cadeias de níquel, cobre, grafite e platina. O

instrumento mais concreto é a Chamada Pública BNDES-Finep para Transformação de Minerais Estratégicos, que selecionou 56 projetos, somando R\$ 45,8 bilhões em investimentos previstos.

Entre os movimentos recentes, o banco destaca o fundo de investimento em participação criado em parceria com a Vale, a definição dos minerais críticos como tese prioritária da BNDESPAR e, já no âmbito do Plano Brasil Soberano, a fixação de um custo financeiro de 3% ao ano para o setor, patamar considerado altamente competitivo para projetos de longa maturação. Das operações submetidas, três já foram aprovadas (Weg, Piauí Níquel e Viridis) e outras doze, consideradas mais maduras, estão em análise, com potencial de mobilizar cerca de R\$ 9 bilhões. Por fim, o principal desafio da instituição passou a ser a engenharia financeira, como, por exemplo, projetos de mineração têm risco geológico, tecnológico e de preço peculiar.

Fonte: [Link](#)

- **Atraso na regulamentação de minerais críticos pode comprometer investimentos no Brasil**

Associação de Minerais Críticos alerta que demora na implementação da nova política nacional gera insegurança jurídica e pode afastar investidores

A Associação de Minerais Críticos (AMC) manifestou preocupação com a demora do governo federal na implementação do conselho de governo previsto na nova Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. De acordo com o diretor-executivo da entidade, Frederico Bedran, a lentidão na regulamentação está dificultando o avanço de negócios e pode comprometer a atração de investimentos para o setor mineral brasileiro. Durante evento do segmento, Bedran cobrou maior celeridade na definição dos instrumentos necessários à execução da política, destacando que a ausência de regras claras e de uma estrutura de governança efetivamente implementada gera incertezas para empresas e investidores interessados no desenvolvimento de projetos relacionados a minerais críticos e estratégicos.

Assim, a preocupação da entidade ocorre em um contexto de crescente importância desses recursos para cadeias produtivas associadas à transição energética, à fabricação de baterias e ao desenvolvimento de tecnologias avançadas. A demora na implementação da política pode prejudicar o planejamento de longo prazo das empresas, dificultar a estruturação financeira de novos empreendimentos e reduzir a competitividade do Brasil na disputa internacional por investimentos. Nesse cenário, a AMC defende a necessidade de acelerar a regulamentação e consolidar mecanismos institucionais que proporcionem maior previsibilidade e segurança jurídica ao setor. A avaliação apresentada pela associação é de que a efetividade da nova política dependerá não apenas de sua aprovação formal, mas também da capacidade do governo de transformar suas diretrizes em medidas concretas que viabilizem investimentos e impulsionem a cadeia produtiva mineral brasileira.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

• **Leilão da ANP no pré-sal arremata sete das treze áreas ofertadas e soma R\$ 530,5 milhões em bônus**

Petrobras, Prio Forte, Equinor e dois consórcios levaram blocos nas bacias de Campos e Santos pelo regime de partilha, enquanto seis áreas ficaram sem propostas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou, no dia 7 de outubro, um leilão de 13 áreas do pré-sal nas bacias de Campos e Santos, no âmbito do 4º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha de Produção. Três empresas e dois consórcios arremataram sete dos blocos ofertados, que somaram R\$ 530,5 milhões em bônus de assinatura. As vencedoras foram a Petrobras, a Prio Forte e a Equinor Brasil, além dos consórcios formados por CNOOC Petroleum e Sinopec e por Equinor Brasil e Galp Energia Brasil. Cada uma das sete áreas recebeu apenas uma oferta, não havendo concorrência entre interessados, e os outros seis blocos não atraíram propostas.

As áreas foram disputadas pelo regime de partilha, no qual as empresas retêm parte da produção para recuperar os custos de exploração e dividem o restante com a União, vencendo quem oferece ao governo a maior participação nessa parcela. É importante lembrar que o arremate não significa a existência de reserva comercial comprovada, de modo que as vencedoras adquirem o direito de explorar os blocos e assumem o risco de não encontrar petróleo ou gás em quantidade economicamente viável. Ainda na mesma data, a ANP promoveu uma segunda sessão, desta vez pelo regime de concessão, com a oferta de 22 setores de blocos exploratórios e dois setores de áreas com acumulações marginais.

Fonte: [Link](#)

• **PPSA publica edital do primeiro leilão de gás natural da União e marca certame para 22 de outubro**

Estatul ofertará 1,1 milhão de m³/dia em 2027, divididos em 110 lotes dedicados exclusivamente a consumidores industriais

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) publicou, no dia 6 de outubro, o edital definitivo do primeiro leilão de gás natural da União, confirmado para 22 de outubro. A estatal ofertará ao mercado 1,1 milhão de metros cúbicos por dia em 2027, fracionados em 110 lotes de 10 mil m³/dia cada, destinados exclusivamente a consumidores industriais. Dessa forma, o volume será distribuído em cinco etapas sequenciais, cada uma voltada a um grupo industrial: químico e petroquímico (35 lotes), siderúrgico, metalúrgico e mineração (32 lotes), ceramista (20 lotes), fertilizantes (13 lotes) e vidreiro (10 lotes). A licitação ocorrerá em formato on-line, pela plataforma eletrônica da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com entrega do gás na saída da Unidade de Tratamento de Gás de Itaboraí.

Em relação à versão submetida à consulta pública, a PPSA flexibilizou algumas regras para dar mais liberdade aos compradores na habilitação, admitindo a participação de indústrias ainda em migração para o mercado livre e ampliando o prazo para que as empresas definam se comprarão o gás diretamente da estatal ou por meio de uma comercializadora. Ainda, no início do certame, os proponentes

indicarão o número de lotes desejados e o prêmio oferecido, iniciando-se em seguida uma etapa dinâmica em que poderão elevar suas ofertas, vencendo quem apresentar os maiores prêmios à União. Por fim, caso restem lotes ao final das cinco etapas, haverá nova rodada, e um certame posterior poderá ser destinado aos consumidores industriais livres que não integram a indústria de base.

Fonte: [Link](#)

- **ANP divulga relatório da consulta pública sobre o Programa de Gas Release**

Levantamento reúne 655 contribuições e aponta amplo apoio à criação do programa de redução da concentração no mercado de gás natural, com propostas de ajustes

A ANP divulgou o relatório da Consulta Pública nº 16/2026, que consolidou as contribuições recebidas sobre a proposta de regulamentação do Programa de Redução da Concentração no Mercado de Gás Natural, conhecido como Gas Release. A consulta ficou aberta por 45 dias e reuniu 40 respostas pelo formulário, das quais resultaram 655 contribuições sobre os dispositivos da minuta e temas relacionados, além de documentos e estudos complementares de diferentes segmentos do mercado. A análise das manifestações indicou predominância de posicionamentos favoráveis à adoção do programa, ainda que boa parte dos participantes tenha proposto ajustes no desenho apresentado.

Assim, considerando o conjunto das manifestações, 43 dos 49 participantes (88%) se posicionaram favoravelmente à instituição do Gas Release, sendo oito sem ressalvas e 35 com propostas de ajustes. Os dois posicionamentos contrários partiram do agente incumbente e de associação representativa de empresas produtoras. Além disso, entre os temas de maior convergência estão a transparência, as regras dos leilões e o acompanhamento das metas, enquanto parte dos participantes defendeu maior ambição na implementação e outros ressaltaram salvaguardas ligadas à proporcionalidade da intervenção e à preservação dos contratos existentes. A ANP ressaltou que o relatório tem caráter descritivo e que a quantidade de manifestações não determina o resultado do processo regulatório, cuja participação social prossegue com a Audiência Pública nº 16/2026, marcada para 21 de outubro.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL aprova regra para organizar os cortes de geração e encerra debate de sete anos**

Nova norma define a ordem do curtailment diante da sobreoferta de renováveis e inclui gradualmente as hidrelétricas no rateio dos cortes

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a nova regra que define a ordem para os cortes obrigatórios de geração de usinas, o chamado curtailment, encerrando um debate iniciado há sete anos no âmbito da Consulta Pública nº 45/2019. Diante de um cenário de sobreoferta crescente de energia renovável, a norma busca trazer mais transparência e previsibilidade à operação do sistema, estabelecendo orientações objetivas para a atuação do Operador Nacional do Sistema (ONS). De forma geral, a regra prioriza os cortes que tragam mais alívio de

custos, organiza a ordem entre as diferentes fontes de geração e restringe situações que possam aumentar encargos, prevendo que os cortes sejam compartilhados entre as fontes e implementados de maneira progressiva.

Neste sentido, entre os pontos de destaque, a participação da componente hidráulica associada à energia vertida turbinável será introduzida de forma escalonada ao longo de quatro anos, em patamares de 25%, 50%, 75% e 100%. No caso da autoprodução, o corte energético recairá, em regra, apenas sobre a geração que exceder o consumo local, admitindo-se alcançar a parcela consumida somente em situações excepcionais de segurança ou confiabilidade. A norma ainda prevê um período de sombra de 12 meses, iniciado após 180 dias da publicação, para simular os impactos antes da vigência, com aplicação definitiva 18 meses após a publicação, além de manter auditoria independente permanente e reforçar a governança com divulgação periódica de dados e resultados.

Fonte: [Link](#)

• **ANEEL coloca em consulta o custeio dos sistemas de armazenamento de energia em baterias**

Minuta trata da base de custeio e do rateio do encargo associado às baterias (Ercap-SAE) e não alcança o Encargo de Reserva de Capacidade Geral

A ANEEL aprovou a abertura da Consulta Pública nº 37/2026, que trata da base de custeio e da metodologia de rateio do Encargo de Reserva de Capacidade associado à contratação de Sistemas de Armazenamento de Energia em baterias, o Ercap-SAE. A proposta cuida exclusivamente desse encargo e não dispõe sobre o Encargo de Reserva de Capacidade Geral, de modo a assegurar que os dois regimes coexistam sem sobreposição, e tem como objetivo garantir a sustentabilidade econômica dos projetos de armazenamento, considerados essenciais para a expansão contínua das fontes renováveis variáveis na matriz elétrica nacional.

Desse modo, pela minuta, estarão sujeitos ao rateio os titulares de outorga ou de registro de central geradora enquadrados como agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), excluídas a Micro e Minigeração Distribuída e o armazenamento autônomo, tendo como base de cálculo a energia efetivamente associada a cada agente no período de apuração. Assim, caberá ao ONS divulgar anualmente a classificação dos empreendimentos, e o encargo integrará a estrutura de financiamento da reserva de capacidade junto à Conta de Potência para Reserva de Capacidade. A consulta ficará aberta de 8 de outubro a 6 de novembro, período em que a agência promoverá ainda um workshop para discutir a metodologia de rateio e os critérios de enquadramento.

Fonte: [Link](#)

• **MME e ANEEL avançam na definição do futuro da concessão da Enel SP**

Discussão sobre o destino da distribuidora paulista ganha novos contornos, em meio a críticas do diretor-geral da ANEEL ao desempenho da empresa

O MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) avançaram nas discussões sobre o futuro da concessão de distribuição da Enel em São Paulo, tema que vem mobilizando o setor elétrico diante do histórico de interrupções no

fornecimento na região metropolitana paulista. O debate envolve a definição do caminho a ser adotado para a área de concessão, bem como a atuação conjunta do poder concedente e da agência reguladora na construção de uma solução voltada à continuidade e à qualidade do serviço prestado aos consumidores.

O diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, voltou a adotar postura crítica em relação ao desempenho recente da distribuidora, em linha com o posicionamento que a agência vem sustentando no acompanhamento do caso, marcado por recomendação de caducidade e pela discussão de um plano de intervenção na área de concessão. Entre as possibilidades aventadas estão alternativas como a transferência de controle societário e a relicitação da área atendida pela empresa, a depender do desfecho do processo em curso. Assim, fica evidente que trata-se de um dos temas mais sensíveis da agenda regulatória do setor de distribuição, cujos próximos passos seguem sendo acompanhados de perto pelo mercado e pelos consumidores.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

• MME abre consulta sobre meta de redução de emissões no mercado de gás natural para 2027

Proposta fixa meta de 1% para 2027, a ser cumprida pela participação do biometano, e apresenta percentuais indicativos crescentes até 2030

O MME abriu consulta pública para receber contribuições à proposta de meta anual de redução das emissões de gases de efeito estufa no mercado de gás natural para 2027. Publicada por meio da Portaria MME nº 942/2026, a proposta prevê, para 2027, meta de 1% de redução, a ser cumprida por meio da participação do biometano no consumo de gás natural, o que corresponde a 363,2 milhões de metros cúbicos do combustível no ano e a cerca de 3,6 milhões de Certificados de Garantia de Origem de Biometano. O texto também apresenta percentuais indicativos para os anos seguintes, de 3% em 2028, 4% em 2029 e 5% em 2030, além de estabelecer os valores de intensidade de carbono considerados no cálculo da meta.

Neste sentido, a definição dessa meta está prevista na Lei nº 14.993/2024, que instituiu o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano, cujo mecanismo associa o cumprimento das metas à participação do combustível e ao uso dos certificados de origem. Para 2026, a meta havia sido fixada em 0,5%, e a proposta submetida à consulta prevê sua ampliação para 1% em 2027. As contribuições poderão ser apresentadas durante 30 dias pelo Portal de Consultas Públicas do MME, e os subsídios recebidos devem orientar a definição da meta que passará a vigorar no próximo ano.

Fonte: [Link](#)

• MME e ONS liberam 228 MW da rede para conectar três data centers em São Paulo

Capacidade foi alocada no primeiro processo competitivo da PNAST, em que sete projetos disputaram quatro pontos de conexão no estado

O MME e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) alocaram 228 MW de capacidade da Rede Básica para a conexão de três data centers no estado de São Paulo. Os projetos pertencem às empresas Pahlavan One, Pahlavan Three e Digital DC Brasil, que ficaram com a totalidade da capacidade disponibilizada no primeiro processo competitivo realizado no âmbito da Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST). Ao todo, sete empreendimentos participaram da disputa, com demanda habilitada de 451 MW, concentrada em quatro pontos de conexão no estado.

De acordo com o MME, foi a primeira vez que a capacidade remanescente da Rede Básica foi alocada por meio de um mecanismo competitivo entre os agentes, marco relevante diante da forte demanda por conexão gerada pela expansão dos data centers no país. A primeira temporada da PNAST registrou 367 cadastramentos de projetos de geração e consumo, número que evidencia o volume de interessados em acessar o sistema de transmissão. Dessa forma, o resultado reforça a importância das novas regras de acesso à rede como instrumento para ordenar a entrada desses grandes consumidores e orientar o planejamento da infraestrutura elétrica.

Fonte: [Link](#)

• MME destaca segurança do sistema elétrico e reservatórios acima dos níveis de 2025, mesmo com El Niño

CMSE destaca reservatórios acima dos níveis de 2025, manutenção da bandeira verde e medidas para garantir a segurança do abastecimento elétrico

O MME informou que o Sistema Interligado Nacional (SIN) encerrou o período seco de 2026 em condições satisfatórias de segurança e confiabilidade, mesmo diante da intensificação do fenômeno El Niño. Segundo avaliação apresentada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), os reservatórios atingiram aproximadamente 61% de armazenamento ao final de setembro, superando os 56% registrados no mesmo período de 2025. O resultado foi favorecido pelo volume expressivo de chuvas nas regiões Sul e Sudeste, que registraram as maiores precipitações para setembro dos últimos 17 anos. A melhora das condições hidroenergéticas, associada às medidas de monitoramento e operação adotadas pelo setor, contribuiu para a manutenção da bandeira tarifária verde. Apesar do cenário favorável, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) segue atento às previsões de intensificação do El Niño e avalia medidas preventivas para assegurar o abastecimento nos próximos meses, incluindo o eventual acionamento de termelétricas e o uso estratégico dos reservatórios das hidrelétricas de Itaipu e do rio São Francisco.

Além da avaliação das condições de abastecimento, a reunião abordou iniciativas voltadas ao aprimoramento regulatório e à modernização do setor elétrico. A ANEEL apresentou um cronograma para aperfeiçoar os mecanismos de Resposta da Demanda, com previsão de avanços em 2027, especialmente em aspectos relacionados à remuneração, participação dos agentes e transparência. Além disso, foram destacados os resultados da primeira temporada de acesso de 2026 da Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão (PNAST), que estabeleceu um modelo competitivo para a distribuição da capacidade disponível na Rede Básica, buscando ampliar a previsibilidade e a eficiência das conexões. Outro ponto

discutido foi o desenvolvimento de novos modelos computacionais para substituir o Newave e o Decomp, com o objetivo de aprimorar o planejamento energético e a formação dos preços no mercado de energia. O Comitê ainda reforçou a necessidade de manter medidas especiais de segurança operacional durante o segundo turno das eleições e a aplicação do Enem. Ainda, no campo da infraestrutura, setembro registrou a entrada em operação de 331 MW de capacidade de geração centralizada, 547 quilômetros de linhas de transmissão e 2.716 MVA de capacidade de transformação, evidenciando a continuidade da expansão do sistema elétrico brasileiro.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA DE
PAULA:01117993175
75

Assinado de forma
digital por FERNANDA
CRISTINNE ROCHA DE
PAULA:01117993175
Dados: 2026.10.09
15:23:03 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Representada por sua Sócia
OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO
Estagiária de Direito